

SEPARAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO E A IDEOLOGIA INTRÍNSECA NESSE PROCESSO

Lithyeri Paulista TEIXEIRA *

Rodrigo Bastos DAÚDE**

RESUMO

Este trabalho procura estabelecer e entender a relação entre trabalho e educação, do ponto de vista histórico e ontológico numa sociedade de classes e capitalista. Neste contexto entra a discussão do que vem a ser trabalho, enquanto atividade produtiva por meio da qual o homem transforma a natureza segundo suas necessidades, e o conceito de educação enquanto atividade humanizadora em que o indivíduo entra em contato com o que foi produzido pela sociedade. Sob a perspectiva do trabalho e da educação é abordado o conceito de ideologia e sua relação com a separação da sociedade em classes. Para tanto optamos por indicar fundamentos que aproximam as categorias trabalho e educação, de forma que evidencie a dissociação a partir da divisão da sociedade em classes; apontando necessidades e dificuldades no restabelecimento deste vínculo. Ao final é realizada uma tentativa de ilustrar o trabalho como princípio educativo.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Humanização; Sociedade Em Classes.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo, diversos estudos têm apontado que a escola, mediante múltiplos fatores, vivencia uma crise e o sistema educativo não tem correspondido à formação completa dos indivíduos. Na busca de explicações notamos que desde a década de 1930 com a instituição das primeiras universidades brasileiras, o ideário político e principalmente econômico tem balizado e orientado o cenário educacional.

Este último fortemente ligado ao sistema capitalista, onde as escolas normalmente se preocupam em formar mercados consumidores ativos e não formar o indivíduo em

* Universidade Federal de Goiás

E-mail: lith@gmail.com

** Universidade Federal de Goiás

E-mail: daude10@hotmail.com

sua totalidade. Neste contexto podemos afirmar que a educação não se ocupa de conscientizar o sujeito de sua realidade, do mundo que o cerca.

Entender como se dá a relação trabalho e educação não é uma tarefa tão simples como possa parecer. O passo inicial é entendê-los como atividades humanas, produzidas por homens, conscientemente ou não. Entendemos estas categorias ontologicamente produzidas pelos os homens ao longo de sua história, porém historicamente ganharam contornos diferenciados.

Saviani (2007) contribui nesta discussão ao trazer o histórico como processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens, sendo o resultado o próprio ser dos homens, o que caracteriza os homens se torna ontológico.

ENTENDENDO O CONCEITO DE TRABALHO

Entender o conceito de trabalho a partir de dicionários da língua portuguesa chegamos a aplicações de força e faculdades humanas para alcançar determinado fim, qualquer obra realizada, serviço, emprego entre outros (FERREIRA, 2001). Marx define trabalho em sua obra “O capital” como:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1974)

Porém nos ocupamos de entender seu conceito a partir do referencial da teoria historico-cultural, trazendo o trabalho como uma atividade especificamente humana. Saviani (2007) ao se posicionar desta forma leva-nos a concluir que apenas a raça humana possui a capacidade de realizar tal atividade. Mészáros (2006) em Antunes (2010) concordam que a categoria trabalho é o que distingue o homem das outras partes da natureza.

Antunes (2012) afirma ser redundância falar em trabalho humano, sendo que trabalho só pode ser realizado por homens, o que caracteriza certo tipo de categoria

transitória entre homens e animais. Frigotto (2001) corrobora Antunes com Lukács (1978) ao definir o homem que trabalha, o animal tornando-se homem com o trabalho.

Partindo deste pressuposto separamos a raça humana dos outros seres vivos pela capacidade específica de realizar trabalho. Frigotto (2001) usando Lukács (1978) reforça esta mesma concepção afirmando que apenas os seres humanos criam e recriam sua própria existência pela ação do trabalho. Este mesmo autor usa uma metáfora de Marx ao dizer que o próprio homem é responsável por sua existência, nas palavras de Marx, “a raiz do homem é o próprio homem”.

Mas o que seria então trabalho? De Ferreira (2001) temos realização de alguma obra, aplicações de forças para alcançar determinado fim. Na perspectiva historico-cultural, trabalho é o ato de agir sobre a natureza, transformando-a em função de suas necessidades, daí a essência do homem (SAVIANI 2007, p.3). Este processo de adequar à natureza é o que Antunes (2012) usando Marx define como trabalho.

O ser humano é um ser que possui necessidades físicas. Ele produz para se alimentar, manter habitar e garantir sua existência. Nesta perspectiva o homem torna a vida possível transformando a natureza, sendo a natureza aquilo que torna a atividade produtiva possível. Mas na medida em que o homem satisfaz as suas necessidades mais básicas garantindo a sua sobrevivência, necessidades mais refinadas vão sendo geradas.

Diante deste ponto importante a considerar é que a necessidade de sobrevivência dos homens determina sua evolução a partir da adequação e transformação da natureza. Antunes (2012) reforça este ponto de vista concebendo a categoria trabalho a partir da necessidade de suprir algo e para isto devemos analisar e compreender a natureza para colocá-la nosso favor. A natureza não está disponível adequadamente para seu uso, o homem precisa transformá-la para que haja existência, e essa transformação da natureza se dá por meio da atividade produtiva.

Neste ponto devemos destacar que o homem sendo uma parte constitutiva da natureza, e o que o torna diferente das demais espécies é o fato de possuir a capacidade de trabalho, por meio da qual ele produz meios para sua própria existência. Marx (1978) em Antunes (2010) enfatizam o homem como parte da natureza, pois além de viver da natureza, acaba sendo uma parte dela, em consequência um ser humano natural.

Se o homem se torna homem pela natureza, afirmamos com Antunes (2010) que trabalho é um processo de que participa ser humano e natureza, e o ser humano dá início aos movimentos para impulsioná-la em algo útil para suas necessidades. Porém cabe uma ressalva, a natureza também age sobre os homens, ao transformar a natureza, o homem transforma sua própria natureza.

Destacamos um questionamento fundante de nossas proposições a seguir, se o trabalho é o que caracteriza o homem, como o mesmo dá sequência ao ser humano? (ANTUNES, 2010). Depois da ação do homem na natureza e consequente garantia de sua sobrevivência, qual a função do trabalho?

A relação do homem e a natureza ocorrem sobre mediação do trabalho, que concretiza-se em algum produto útil ao homem, a partir daí a natureza pode perder sua “imediatez”, pois já existe algum produto disponível produzido por um trabalho anterior. Este algo transformado pela mediação trabalho é que Antunes (2010) define por “*algo humanizado*” (p. 45). Neste contexto, humanização é um processo que ocorre quando, o homem um ser natural, dotado de necessidades, entra em contato com o que foi produzido pela sociedade.

Logo, a ação do homem sobre a natureza envolve um processo de humanização do próprio homem e da natureza. O ser humano se humaniza por meio do trabalho, sendo, do ponto de vista do trabalho como elemento estruturante do ser humano. O trabalho nesta perspectiva assegura o processo de humanização.

É nesse processo de transformação que o homem humaniza a natureza, e faz da natureza uma extensão do seu corpo. E no processo de trabalho o homem também é humanizado, o animal se torna homem. Logo, o trabalho é o processo pelo qual o indivíduo “um ser biológico” se torna um “ser social” (ANTUNES, p. 43, 2010).

Este novo ser social, também pela interação com outros de sua espécie potencializam produtos de suas ações, ou seja, humanizados, que vão se acumulando e passam a ficar disponíveis para aquela espécie, daquela geração. De forma análoga as próximas gerações deveriam realizar as mesmas mediações/ações sobre a natureza para usufruir dos mesmos produtos? Acerca disto:

[...] trabalho é exatamente aquilo que garante a reprodução social diária e imediata e também aquilo que torna possível ao ser humano – ao conjunto dos seres humanos –

dedicar-se a atividades que possibilitem uma existência cada vez mais plena, na medida em que é exatamente por intermédio dos acúmulos sócio-históricos das realizações e aquisições dos processos de trabalho, cerne de todo o processo formativo humano – o que significa que cada nova geração não precisa redescobrir o fogo, ou reinventar a roda [...] (ANTUNES, 2010, p. 58).

Não necessariamente! Responde ao novo questionamento. Os acúmulos e aquisição dos processos histórico-culturais produzidos pelos homens iniciam outra categoria que permite a transferência das informações daquilo que já foi produzido pelos homens e sua humanidade por meio do trabalho: educação.

A educação é uma forma de não interromper a humanização, que em si é gerada pelo trabalho. Logo, a educação é uma atividade que permite que todo conhecimento que foi produzido a partir do ato de trabalhar, a partir de generalizações na atividade produtiva e questionamentos seja guardado e não se perca a cada geração. Assim cada geração não precisa redescobrir o que as outras gerações já adquiriram por meio da atividade produtiva.

DO TRABALHO A EDUCAÇÃO-RELAÇÃO IMPORTANTE

Conforme mencionamos acima a educação consiste em um processo em que o homem é colocado em contato com tudo àquilo que foi produzido. Assim como o trabalho, a educação é uma atividade especificamente humana, o que Saviani (2007) afirma, “apenas o ser humano trabalha e educa” (p. 152). Se apenas nós temos esta capacidade, cabe entender como o trabalho se relaciona com o processo de educação e principalmente a função da educação nas relações do trabalho.

Partindo do pressuposto que a educação é uma atividade produzida pelo homem para não precisar realizar os mesmos processos de trabalho. Se somos humanizados a partir destes processos temos na educação uma das formas de não interrompe - lá.

Naturalmente somos levados a entender que o vínculo entre trabalho e educação é de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade. De forma que todos indivíduos tenham acesso, entendam, reproduzam os produtos advindos de seu trabalho. Antunes (2010) comenta este vínculo apontando acerca da indissociabilidade entre as

categorias trabalho e educação e de que é impossível falar de processos de trabalho sem mencionar os próprios processos educacionais.

Saviani (2007) assim concorda, mas retrata claramente momentos históricos em que houve a separação entre trabalho e educação. E a partir daí começamos a entender as mazelas sociais, culturais e econômicas presentes em nossa sociedade.

A divisão dos homens em classes é apontada por este autor como sendo o que provocou esta a separação. Estas divisões em classes se deram a partir da acumulação da produção e apropriação privada das terras, que separam a sociedade em duas classes, a dos proprietários e não proprietários de terras. Um apontamento importante de Frigotto (2001) é esta divisão permitiu aos proprietários viverem sem trabalhar.

Entendimento nosso é que sem trabalho o homem não pode viver, a natureza não produz os bens elaborados de que necessitamos, mas a partir deste fato os proprietários das terras passaram a viver sem trabalhar e os que não tinha sua propriedade além de trabalhar para si, trabalha para os donos.

Esta divisão é notada por Saviani (2007) desde a antiguidade, de um lado a aristocracia detentora da propriedade privada e por outro lado os escravos. Neste caso apenas os escravos realizavam o trabalho. Na idade média entre escravista e senhores feudal, recentemente em donos das indústrias e mão de obra assalariada.

Chegamos num ponto importante desta seção, esta separação da sociedade em classes implicou numa separação na educação. Se antes o trabalho tido por essencialmente humano, em que todos os indivíduos o realizavam e educação entendida como atividade que todos estes praticavam imbricada no processo de trabalho de forma coletiva e espontânea; agora a educação ganhou dois vieses distintos.

Passou a existir uma educação para os proprietários das terras e outra forma para os que produziam nestas terras, ou seja, os escravos. Frigotto (2001) e Saviani (2007) afirmam que surgiu uma modalidade de educação desassociada dos processos produtivos. Para a classe proprietária destinavam-se as atividades intelectuais, de caráter lúdico e militar, enquanto para os não proprietários, direcionada os processos produtivos.

A própria palavra escola demonstra esta divisão, sua origem grega a define como lugar de ócio, de pessoas livres, com tempo disponível. Ora quem estivesse ocupado em

trabalhar para si e para outros logicamente não participariam deste tipo de escola. De forma feliz Saviani (2007) resume a genesis da escola e a institucionalização da educação como um processo correlato ao surgimento da sociedade de classes.

Convém destacar que a escola desde sua origem foi destinada a formação de líderes, dirigentes militares ao passo que o trabalho manual não exigia preparo escolar. Este último se formava ou aprendia realizar suas funções no próprio exercício. Posteriormente o trabalho manual ganhou seu próprio lócus na estrutura capitalista.

Importante entender que nesta sociedade de classes a relação trabalho e educação tende a manifestar-se na forma de separação entre escola e produção. Diversos autores, entre eles Saviani (2007), Frigotto (2001) e Antunes (2010) analisam de forma enfática este processo de separação de classes a partir da segunda metade do século XVIII (pós-revolução industrial), embrião latente do modo de produção capitalista. Neste viés apontam-se implicações sociais e econômicas da separação entre trabalho e educação.

O sistema capitalista de produção exterioriza uma concepção de educação falsamente alicerçada numa escola gratuita, universal e como protagonismo do estado (SAVIANI, 2007). Chauí (1996) pondera que as classes dominantes usam a escola investida no estado meio de garantir a preservação dos interesses de quem domina a sociedade, agindo falseamente como apaziguador e regulador.

Emerge a partir de então a necessidade de uma organização escolar que atenda aos preceitos de produção capitalista. Note que é a organização dos meios de produção e de realizar trabalho que tem sustentado a organização educacional como está posta. Saviani (2007, p. 159) ao comentar expõe que “à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação”.

O capitalismo caracterizado pela produção em massa e segmentada, onde quem realiza o trabalho dá conta apenas de sua ação isolada. O dualismo entre as classes persistiram, de um lado os empresários, indústrias e investidores contrastando com os assalariados e diaristas. Chauí (1996) reporta-se a Marx para definição de trabalho e trabalhadores neste processo de capitalismo, onde deixa evidente o processo de separação entre trabalhador e a propriedade das condições de seu trabalho. Destacando duas figuras, *burguês* - fins da produção; e *trabalhador* - fim mecânico.

Estas dualidades representam um distanciamento ainda maior entre os processos de trabalho e a educação. É o que Saviani (2007) atribui como separação entre trabalho manual e intelectual. Por sua vez filhos de empresários se ocupam de estudar para cargos e funções de administração e gestão, enquanto os da outra classe sentam nas cadeiras dos cursos técnicos que ensinam as atividades laborais dos processos produtivos.

Outro fator que intriga e contribui para esta discussão, passou a ocorrer uma simplificação nos processos de produção, do homem para a máquina, elas ganharam destaque e maior relevância na produção do que o próprio homem. Esvaziando os componentes intelectuais antes necessários ao trabalho. Esta nova organização dos modos de produção e conseqüentemente econômica levaram diversos países a buscarem uma formação escolar com qualificação mínima, que atendesse as demandas dos meios produtivos.

Surgiram assim diversas modalidades de cursos com qualificação específica, Saviani (2007) chama de bifurcação do ensino, voltado para escolas de formação geral e cursos profissionalizantes. Este trecho resume bem sua ideia:

No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (p. 159).

Com o passar dos anos entre estes dois campos tem sido criado um abismo enorme no que diz respeito às condições sociais, econômicas e de qualidade de vida. Cristalizados no tempo os indivíduos das profissões manuais tendem a continuar executando-as, pois a elite e representantes de outra classe permanecerão atuando nos diferentes setores da sociedade.

Neste sentido, os que pertencem ao primeiro campo produzem em seu trabalho e o resultado não fica acessível a eles. Estes indivíduos ficam à margem de sua produção, cabendo unicamente vender sua força produtiva e por preço baixo. Se fosse diferente

não haveria lucros e provavelmente não teríamos dois campos como destaca em Saviani.

Esta caracterização determina o que Chauí (1996) entendendo de Marx chama de trabalho alienado, onde o produtor não pode reconhecer-se na produção de seu trabalho. Antunes (2012) traz a alienação como sendo a separação dos indivíduos com relação ao objeto/produto do trabalho. Afirmamos então que se produz algo, objetivo um produto, e não é me dado o direito de usar/ficar/ter estou alienado.

A alienação é mais que uma consequência do processo de divisão de classes e enquanto existir teremos os dois campos expostos por Saviani. Se esta realidade nos incomoda, trazemos alguns questionamentos de Chauí (1996): Se a situação é exploração, por que os homens a conservam? Por que não notam estas disparidades entre as classes? O que responde a estas questões, certamente é a *ideologia*.

Tendo por a ideologia um sistema ordenado de ideias ou representações, algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência (CHAUÍ, 1996). Frigotto (2001, p. 24) contribui afirmando que “O ideário da ideologia da globalização e de reestruturação produtiva [...] é que se afirma a nova vulgata do campo educativo mediante a ideologia das competências e, mediante a aquisição das mesmas, a promessa de empregabilidade”.

Ideias, representações e símbolos que as elites utilizam para perpetuarem a divisão das classes. Não notam as disparidades por que são induzidos a pensar que vivemos um mundo com chances iguais a todos e que todos podem ascender socialmente e economicamente, dependendo exclusivamente de seu próprio esforço na escola e no trabalho. É fazendo uso desse discurso que a classe dominante faz as relações parecer justas e igualitárias, evitando que a dominação e a alienação sejam percebidas.

Quanto mais trabalham mais produzem, recebem pouco por isto e ainda são convencidos pela mídia massificadora a comprar o produto que ajudou a produzir. É uma lógica perversa! Por outro lado as escolas revestidas de um ideário capitalista têm servido para perpetuar a ideologia que devem existir classes diferentes, que o mundo é assim, ao passo que preparam os jovens para inserir no mercado de trabalho. Que mercado? De venda barata de sua força produtiva!

Saviani (2007) justifica este cenário quando afirma que o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida em sociedade.

Neste momento retomamos uma ideia já defendida anteriormente: a escola é responsável pela produção do modo de produção capitalista, por que ela o alimenta de mão de obra e tem se organizado de acordo com a produção e o mercado. Mesmo assim sinalizamos que deve ser por meio da própria escola que temos chance de evitar a alienação de grande parte dos indivíduos a entender qual a lógica/ideologia por traz do modo de produção capitalista.

DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Destacamos a importância de um ensino organizado no trabalho como princípio educativo, a partir dos estudos de Gramsci e Marx em análise feita por Morila e Senatore (2010). Convém apontar grande diferença nos pressupostos defendidos por Marx a sua época e o que queremos ilustrar atualmente. Também importante pontuar Gramsci ao impor a própria sociedade/homem transpor os obstáculos estabelecidos historicamente, em termos desta discussão, cabe ao homem superar o trabalho alienado.

Morila e Senatore (2010) ao tentar definir o posicionamento de Marx em termos educacionais, considera como emergente para superar a alienação, reunir o ensino intelectual ao trabalho físico, com ênfase a formação intelectual em que os aprendizes teriam a chance de adquirir um conhecimento aprofundado sobre seus ofícios. Seria uma tentativa de compensar a divisão do trabalho. Logo os indivíduos que estivesse realizando seus trabalhos nas fábricas receberiam o ensino intelectual.

Cabe uma ressalva importante deste ponto de vista, o contexto social sobre o qual Marx expôs admitiam a maior parte das crianças trabalhando nas fábricas, ou seja, o trabalho infantil era uma realidade. Daí Morila e Senatore (2010) concluíram que a superação da alienação se daria por meio da instrução de crianças nas fábricas. Interessante que Saviani (2007) já menciona este tipo de ensino para classe trabalhadora, em tempos anteriores aos escravos, referindo-a este por duleia em oposição a pandeia (educação para homens livres).

Como forma de esquivar as crianças do trabalho na fábrica repetitivo, mecânico e fragmentado, Morila e Senatore (2010) menciona a proposta de Marx de uma escola politécnica. Esta concepção procurava retomar uma lógica de união entre trabalho-educação em seu próprio lugar de trabalho. Saviani (2007) pontua sobre este ensino politécnico considerando que na abordagem marxista politécnica traduz a união entre escola e trabalho, instrução intelectual e trabalho produtivo.

Reflexões entre diversos estudiosos da obra de Marx encarregaram de diferencial ou pelo menos esclarecer os termos educação politécnica e educação tecnológica. Entre eles destacamos Saviani (2007), Morila e Senadores (2010) e Manacorda (1991) que concordam em afirmar que estes termos são sinônimos dentro da abordagem Marxista. Manacorda (1991) considera que o termo educação tecnológica melhor traduz a concepção marxista do que politécnica. Saviani (2007) é enfático ao dizer que não importa qual termo se use, a essência persiste na união entre trabalho produtivo e intelectual, instrução e produção material. Morila e Senatore (2010) corroboram negando ser uma educação do tipo pluriprofissional ou profissional e sim que contemple a formação integral dos indivíduos em todos os sentidos.

Existe consenso que a proposta de uma educação para crianças dentro das fábricas seja inviável devido à proibição do trabalho infantil. Porém em Morila e Senatore (2010) entendemos que tanto a igreja quanto o estado não deveriam participar diretamente das decisões dentro das escolas. Isto caberia à própria comunidade de que participa. São lampejos de superação com a instalação do comunismo.

Mesmo a partir destas ponderações encontradas em Marx, por meio das análises de Manacorda (1991), Morila e Senatore (2010) o trabalho alienado ainda persiste. Como forma de superá-lo, Gramsci em Morila e Senadores (2010) sugerem entender a cultura a qual pertencemos e que tipo de sociedade vivemos, para então articular mecanismos de superação.

Saviani (2007), Morila e Senatore (2010) apresentam discussões que tentam superar a alienação por meio dos pressupostos de Gramsci, neste caso no trabalho educativo como principio educativo da escola unitária. Aproxima-se de Marx quanto as relações e necessidade de união entre ensino produtivo intelectual, porém o supera

quanto ao entendimento da importância da cultura neste processo. No caso do Brasil é uma melhor aproximação.

Em Manacorda (1991) vemos claramente que também Gramsci achava essencial vincular o trabalho a educação, tendo o trabalho como elemento constitutivo dos métodos e conteúdos. Em suas análises Morila e Senatore (2010) deixam claro que não é adaptação de trabalho manual na escola (MANACORDA, 1991).

Diante deste contexto emerge a escola associada à cultura e não a fábrica com local de superação da alienação. Nisto surgem apontamentos, Morila e Senatore (2010) traz de Gramsci a percepção da escola não só um local de lutas, mas um campo altamente propício e essencial para a transformação. Compulsoriamente teria a escola a função de fazer com que as pessoas que saiam dela tenham condições de ser governantes. Uma educação que deixa de lado essa função acaba se tornando elitista. Morila e Senatore (2010) apud Gramsci.

A escola unitária que é proposta em Gramsci tem características próximas a educação básica (nível fundamental e médio) e Saviani (2007) atribui que o ensino fundamental tem sua estrutura baseada no princípio educativo do trabalho. Desta forma os currículos são determinados pelas exigências da sociedade devido a lógica de empregabilidade. Neste caminho aprender a ler, escrever, dominar a linguagem escrita e matemática constituem em simples instrumentos e mecanismos para inserção na sociedade. O que configura um aumento quantitativo de trabalhadores alienados. Saviani (2007) realiza uma relação pontual:

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho (p. 160).

A partir deste nível as produções humanas são mais complexas e além de envolver os saberes teóricos, agora os práticos contribuem para entender como o saber se relaciona com o processo produtivo. Este ensino médio não se aproxima dos que temos hoje na realidade brasileira e corroborada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394 de 1996) como ensino profissionalizante.

Entendemos o Ensino Médio com vistas ao ensino politécnico, convergindo para associação entre teoria e prática, de forma que:

O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, p. 161).

Queremos chegar num entendimento que o ensino médio de forma alguma deve ser caracterizado por especialização de uma profissão específica. Utilizando de Morila e Senatore (2010), devemos caminhar para um processo generalista de formação, sem objetivar profissão, mas que subsidiem a atuar em sociedade sob diversos ramos e aspectos. Saviani (2007) resume numa escola média de formação geral.

Terminado este nível, os aprendizes poderiam optar por ingressar no mundo produtivo ou nas escolas de cultura superior, que Saviani (2007) denomina de Universidades. Este mesmo autor apregoa que em qualquer nível deveríamos ter uma formação desinteressada com o mercado produtivo e que propiciasse condições dos indivíduos entenderem a sociedade em que vivem.

Morila e Senatore (2010) mesmo otimistas que podemos superar a alienação pelo trabalho, posiciona-se que o ensino realizado hoje nas escolas, faz parte de um trabalho alienado. Professores atuais refletem o que eles chamam de processo de proletarização concluído. Procurou uma formação para docentes com características do que ocorrem na sociedade de mercado, tem-se esquecido da qualidade profissional em face de adjetivos como competitividade, eficiência e controle.

Em face destes apontamentos claramente notamos que a formação dos professores deve ser mudada. A lógica de mercado não deve permanecer dentro das escolas, não pode fazer parte da organização do ensino. Porém estamos vivendo e presenciando isto, de forma que refletem em péssimas condições objetivas de trabalho e não apenas por isto, num ensino precário.

Cabe a seguinte questão: Se concordamos que o ensino está precário, o que implica numa sociedade alienada, a quem esta situação favorece?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas, é vivenciando esses dois processos que o indivíduo se humaniza, tornando-se homem. Tudo que o ser humano produz pelo trabalho é perpetuado pela educação, ou seja, esta garante que o conhecimento advindo da atividade produtiva não se perca a cada geração.

Notadamente as categorias trabalho e educação sempre estiveram entrelaçadas; para a evolução do homem a educação teve que se “apresentar-se” ao processo de trabalho a fim de dar-lhe continuidade e não permitir a ruptura. E ao separá-los os homens perderam a perspectiva e sentido do próprio trabalho. Destacamos que esta separação foi proveniente, num primeiro momento, das divisões da sociedade em classes que na atualidade ainda prevalece e a cada dia provoca novas divisões.

De um lado posicionam-se os detentores dos poderes: econômicos, culturais e de acesso ao conhecimento elaborado pela sociedade; por outro temos a maior parte da sociedade, iludidos pela outra face que um dia poderão estar juntos com eles. Destaque para a ideologia, propagandeada, de que existem oportunidades para todos!

A classe dominante possui seus interesses e é por meio da ideologia que essa classe assegura a sua realização e a dominação, fazendo com que os interesses da classe dominante pareçam ser o interesse comum, logo, a ideologia impede que o contexto de dominação concretizado na sociedade seja percebido.

Neste contexto devemos retornar a centralizar a educação num caminhar junto com o trabalho, para que os conhecimentos elaborados historicamente pela humanidade sejam de fácil acesso a todos, tanto na perspectiva prática/tecnológica quanto teórica/intelectual. Este pensar implicar mudanças na organização das escolas e no fazer pedagógico dos professores, infelizmente quem detém as condições imediatas de realizá-la está do lado de lá.

Cabe a nós professores, a princípio partindo de ações isoladas, mas significativas em seu contexto e para quem esteja envolvido rever, pensar e conhecer esta relação histórica e ontologicamente entre as categorias trabalho e educação. Pois é a partir daí que propiciaremos um ponto de vista de mundo e realidade desassociados de ideologias capitalistas e alienantes.

SEPARATION WORK AND EDUCATION AND IDEOLOGY IT'S RELATION PROCESS

ABSTRACT

This work seeks to establish and understand the relationship between work and education, from the standpoint of historical and ontological in a class society and capitalist. In this context enters the discussion of what comes to be the work, while productive activity through which the man transforms nature according to their needs, and the concept of education as a humanizing activity in which the individual comes into contact with what was produced by society. From the perspective of work and education is approached the concept of ideology and its relation to the separation of society into classes. Therefore we chose to indicate grounds approaching the categories work and education, so as to reveal the dissociation from the division of society into classes, pointing needs and difficulties in restoring this tie. At the end an attempt is made to illustrate the work as an educational principle.

Key-words: Work; Education. Humanization; Society Into Classes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES. Caio. Acerca da indissociabilidade entre as categorias trabalho e educação. *Motrivivencia*, ano XXII, n. 35, p. 41-61. dez. 2010.

_____. *Trabalho e Educação do ponto de vista Marxista*. Palestra ministrada no Planetário da UFG. 2012.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Brasiliense, São Paulo, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. 4 ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

FRIGOTTO. Gaudêncio. *Estrutura e sujeitos e fundamentos da relação trabalho e educação*. In: SIMPÓSIO TRABALHO E EDUCAÇÃO, 1., 2001, [Belo Horizonte]. *Anais...* [Belo Horizonte]: NETE/FAE/UFMG, jun. 2001. p. 15-26.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

MARX, Karl. *O Capital*. Tradução: J. Teixeira Martins e Vital Moreira. Transcrição: Alexandre Linares. 1. ed. Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974.

TEIXEIRA, Lithyeri Paulista; DAUDE, Rodrigo Bastos. Separação entre trabalho e educação e a ideologia intrínseca nesse processo

MORILA, Ailton Pereira. SENATORE, Regina Célia Mendes. *Revista da RET - Rede de estudos do trabalho*. Ano III, n. 6, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan/abr de 2007.